



Após ter jogado sobre o TSE a desconfiança de ter falhado no acompanhamento das inserções, Fabio Faria tenta se afastar do episódio ao dizer que não calculou que o caso tomaria vulto e ensejaria pedidos de adiamento do 2º turno

“Arrependido” por suspeitar

» RAPHAEL FELICE

O ministro das Comunicações Fábio Faria admitiu, ontem, ter se “arrependido profundamente” por trazer à tona a suspeita da campanha de Jair Bolsonaro (PL) de que as inserções relacionadas à candidatura ao presidente sofreram um boicote de rádios, sobretudo no Nordeste. Na última terça-feira, ele convocou para uma coletiva, realizada em frente ao Palácio da Alvorada, quando, ao lado coordenador de comunicação da campanha, Fabio Wajngarten, afirmaram que 154 mil propagandas eleitorais tinham deixado de ser veiculadas.

“Me arrependi profundamente de ter participado daquela coletiva. Se eu soubesse que iria escalar (ou seja, que o episódio daria margem a que pedissem o adiamento do segundo turno da eleição, que se realiza amanhã), não teria entrado no assunto. Fiquei imediatamente contra tudo isso”, salientou.

Um dos coordenadores da campanha de Bolsonaro, Faria reconheceu, ainda, que a falha no acompanhamento das inserções foi do próprio partido, o PL, que percebeu o problema tardiamente. A convocação da coletiva, segundo o ministro, foi uma tentativa de mediar um acordo entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — que tentaram culpar pelo problema — e o comitê do presidente. A ideia era conseguir alguma compensação da Corte pelas inserções que não foram ao ar.

“A falha era do partido, que percebeu o problema tardiamente, e não do TSE. Como havia pouco tempo para o tribunal fazer uma investigação mais aprofundada, eu iniciei um diálogo com em torno do assunto”, disse.

Em entrevista à emissora CNN, na última quinta-feira, o coordenador de comunicação da campanha do presidente, Fabio Wajngarten, também reconheceu que a culpa das inserções que não foram publicadas não

Evaresto Sá/AFP



Faria justificou a coletiva como uma tentativa de obter do TSE compensação pelas inserções que não foram ao ar por falha da campanha do presidente

era do TSE, mas, sim, da campanha que não fez um acompanhamento correto.

Má ideia

As declarações de Faria e Wajngarten deram aos bolsonaristas o argumento de que o segundo turno das eleições deveria ser adiado para que o problema relacionado à campanha do presidente fosse sanado. Um dos que vieram a público defender essa teoria foi o senador Lasier Martins (Podemos-RS), no que foi acompanhado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e outros apoiadores do presidente. Por causa disso, segundo Faria, deu-se o recuo. Ele esclareceu que a intenção na coletiva era apenas recuperar o suposto

espaço perdido nas rádios.

A ideia de adiar as eleições também foi visceralmente rejeitada pelo Centrão. Os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e do PP, o ministro da Casa Civil Ciro Nogueira, reprovam qualquer tentativa de não se realizar o pleito amanhã ou a ideia de um “terceiro turno”. Segundo Faria, jogar a votação decidiva para outra data também “prejudicaria o presidente”.

A poucas horas do segundo turno, a mudança na data das eleições exigiria uma emenda constitucional, a ser proposta e aprovada no Congresso. Seria preciso que o texto contasse com a aprovação de 3/5 dos deputados (308 votos favoráveis) e o mesmo entre os senadores (49). Além disso, precisaria ser

aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado.

As datas do primeiro e do segundo turno das eleições estão previstas na Constituição, no artigo 77. “A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente”, diz o texto constitucional.

Apesar do mea culpa, o ministro argumenta que o caso da exoneração do servidor do TSE Alexandre Gomes Machado, no dia seguinte à coletiva, também contribuiu para a construção da suspeita. Machado era assessor de gabinete da

Secretaria-Geral da Presidência do tribuna e, após ser demitido, prestou depoimento à Polícia Federal culpando a Corte de encobrir a suposta falha na veiculação das inserções em rádios da campanha de Bolsonaro.

Inépcia

Além das acusações feitas por Faria e Wajngarten na coletiva de terça-feira, a campanha de Bolsonaro enviou ao TSE, na última quarta-feira, uma ação com pedido de investigação sobre as inserções que deixaram de ser veiculadas. O comitê do presidente contratou duas auditorias privadas, que apontaram irregularidades na publicação da propaganda de Bolsonaro em oito rádios da região nordeste.



Me arrependi profundamente de ter participado daquela coletiva. Se eu soubesse que iria escalar (que o episódio daria margem a que pedissem o adiamento do 2º turno da eleição), não teria entrado no assunto. Fiquei imediatamente contra tudo isso”

Fábio Faria, ministro das Comunicações e um dos coordenadores da campanha de Bolsonaro

No entanto, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, considerou a denúncia “inepta”, e ainda disse que a intenção da campanha do presidente era o de “tumultuar o segundo turno” às vésperas da eleição. Por causa disso, determinou investigação de suposto “cometimento de crime eleitoral”. A decisão de Moraes também diz que é ilegal o uso de verbas do fundo eleitoral para fazer auditoria.

O presidente do TSE aproveitou para esclarecer aquilo que a campanha de Bolsonaro tentou negar: fiscalizar a inserção em emissoras de rádio ou tevê não cabem ao tribunal. A ida ao ar das propagandas eleitorais é de responsabilidade dos veículos e a fiscalização deve ser feita pelos próprios partidos.

Tribunais terão segurança extra

A segurança dos Tribunais Superiores e da Praça dos Três Poderes, em Brasília, estará reforçada amanhã, quando acontecerá o segundo turno da eleição presidencial. Serão destacados policiais para acompanharem juízes eleitorais e o ministros das Cortes, que têm sido alvo de ameaças. As forças de segurança também já trabalham para proteger os locais que guardam as urnas eletrônicas.

As áreas de prédios sensíveis, como o do Supremo Tribunal Federal e o do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — principais alvos dos discursos de ataques às instituições — serão cercadas por grades e terão a proteção da Polícia Militar (PM), além das equipes de segurança dos próprios prédios. O setor central de Brasília, que concentra o Congresso, o Palácio do Planalto e os ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores também deverá ficar com o acesso restrito. Já na tarde de ontem, o acesso de veículos à Praça dos Três Poderes estava bloqueado.

De acordo com o governo do DF, todos os 610 locais de votação e os 20 juntas de apuração dos votos terão aumento no policiamento. Equipes da PM, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Civil, que atuarão para evitar tumultos e distúrbios civis, com folgas canceladas dos profissionais de segurança, com todo o efetivo de prontidão caso necessário.

Apoiadores do petista Luiz Inácio Lula da Silva se reunirão na área da Torre de TV, a partir das 17h de amanhã para acompanhar a apuração. Já os bolsonaristas estarão na Esplanada dos Ministérios. O secretário de Segurança Pública do DF, Júlio Danilo, afirmou que o número

Alan Santos/PR



Segundo Torres, ênfase da segurança no 2º turno será o combate à boca de urna e à compra de votos

do efetivo que trabalhará no dia da eleição não será divulgado por questões de segurança, mas ressaltou que todos os agentes estarão de prontidão caso precisem ser acionados.

Boca de urna

No restante do país, a PF e a PRF executarão a Operação Eleições 2022 — 2º turno. De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, o foco para esta etapa das eleições será o combate à boca de urna e à compra de votos.

“Esse tipo de crime não será tolerado pelas polícias Federal e Rodoviária Federal, que estão prontas para reprimi-los”, reforçou o ministro. Torres afirmou que desde o início da campanha eleitoral, foram apreendidos

mais de R\$ 10 milhões, em espécie, relacionados à suspeita de compra de votos.

Serão 10 mil homens da PF e da PRF trabalhando para garantir a segurança. No total, cerca de 500 mil profissionais estarão nas ruas para garantir o direito de voto e evitar os crimes eleitorais. O efetivo estará mobilizado nos 26 estados e no Distrito Federal em zonas eleitorais, locais de votação e de apuração, vias públicas e estações de transporte.

“O Brasil está pronto para o segundo turno no que diz respeito à segurança das eleições. O nosso recado é de tranquilidade, para o eleitor exercer livremente o seu direito”, observou.

De 15 de agosto — quando teve início o período eleitoral — até 2 de outubro, 441 pessoas foram presas durante

a operação. Foram registrados 1.634 crimes e a maioria dos flagrantes (444) foi por boca de urna, seguido por compra e/ou venda de votos (198) e violação de sigilo (76). O Ministério da Justiça e Segurança Pública registrou, somente no primeiro turno, no último dia 2, 1.378 crimes eleitorais, efetuou 352 prisões e apreendeu R\$ 137 mil.

A ação da PF e da PRF será acompanhada, em tempo real, por representantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das polícias Civil e Militar dos estados, dos corpos de Bombeiro Militar, do Ministério da Defesa, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), das secretarias de Segurança Pública dos estados e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec). (Colaborou Gabriela Ornelas)

MPT alerta às denúncias sobre assédio eleitoral

» LUANA PATRIOLINO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) registrou, até a noite de ontem, 2.243 denúncias de assédio eleitoral em todo país. Preocupado com a escalada do crime, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) pediu reforço dos estados para combater o crime às vésperas do pleito. Por meio de ofício, a Corte solicitou um esquema de plantão diferenciado com procuradores e servidores aptos a receberem os relatos de intimidação sobre a livre escolha do voto.

Segundo nota divulgada pelo TST, o objetivo é garantir que a Justiça do Trabalho consiga atender as possíveis demandas, que exigem rápida intervenção. A recomendação foi feita depois de o MPT manifestar à Corte extrema preocupação com a quantidade dos crimes.

O MPT informou, ainda, que abrirá suas unidades em regime de plantão, hoje e amanhã. “Especialmente no caso daqueles que não são dispensados por seus empregadores para exercer livremente tal direito, o que configura assédio eleitoral”, salientou nota do Ministério Público do Trabalho.

Sudeste

Os dados divulgados pelo relatório do MPT mostram que a maior concentração de denúncias está na Região Sudeste, com 902 registradas até às 19h de ontem. Em seguida, aparece o Sul (645), o Nordeste (396), o Centro-Oeste (185) e o Norte (115). O documento também aponta um total de 1.731 empresas denunciadas.

O número causa espanto quando comparado à última eleição. Em 2018, segundo o MPT, foram 212 denúncias, de 98 empresas diferentes. O aumento de casos em relação a este ano é de 1.058%.

Segundo o MPT, configura assédio eleitoral a conduta abusiva que atenta contra a dignidade do trabalhador, submetendo-o a constrangimentos e humilhações, para obter vantagem para um político ou partido. Também é enquadrado no crime promessas de vantagens ou ameaças de prejuízos na relação de trabalho, caso algum candidato ou candidata vença ou perca as eleições.

“Além de representar uma violação à Constituição, que garante a liberdade de consciência, de expressão e de orientação política, protegendo o livre exercício da cidadania por meio do voto direto e secreto, o assédio eleitoral pode resultar no ajuizamento de ação civil pública com pedidos indenizatórios, além de constituir crime previsto nos artigos 299 e 301 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), com pena de reclusão de até quatro anos e multa”, destaca o MPT.

Na avaliação do pesquisador e professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) Igor Figueiredo, o aumento do assédio eleitoral é reflexo da polarização política e da herança colonialista. “Esse tipo de comportamento perdura há décadas. Sempre existiu desde a ampliação do sufrágio, aumentando ou diminuindo, a depender da conjuntura política. É um pilar da cultura do medo propagada pelas classes dominantes”, explicou. (Colaborou Michelle Portela)